**EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE GAUCHA DO NORTE -
ESTADO DO MATO GROSSO**

Recibi
11. 04. 2019
Quisey

Concurso Público N. 001/2018
Prorrogação de prazo

WASHINGTON RODRIGUES DE SOUZA, brasileiro, advogado, portador do RG. 40.559.145-7 e do CPF. 320.934.518-08, residente e domiciliado na Rua 01, N. 1571, Centro, CEP. 15670-000, Populina/SP, vem mui respeitosamente a honrosa presença de Vossa Excelência, **REQUERER** o que abaixo passa a expor:

Houve a convocação referente ao concurso público n. 001/2018, no dia 15 de março do ano corrente¹, com as exigências de praxe, em especial que os candidatos se apresentassem munidos dos documentos constantes do Anexo I.

Diante do curto prazo e da quantidade de exames exigidas por este órgão foi requerido que houvesse a exclusão dos exames que não são pertinentes ao cargo.

O pedido de exclusão foi indeferido e concedido prorrogação de prazo.

Inicialmente este requerente manifesta sua discordância com o posicionamento deste órgão.

¹ http://www.camaragauchadonorte.com.br/component/docman/doc_details/3954-

No presente caso, verifica-se que não há necessidade imediata de convocação do aprovado no cargo de advogado para assumir a referida vaga, dessa forma é a presente para novamente requerer seja suspensa a convocação para que seja analisado os exames exigidos no edital já não encontra amparo legal para sua manutenção.

Requer ainda, em caso de manutenção da decisão já exarada anteriormente sobre o assunto, seja então prorrogada a convocação para o segundo semestre do ano corrente.

Caso ainda não seja este o posicionamento de Vossa Excelência, o que não se espera, requer que seja alterada a ordem de classificação de modo a permanecer na lista de aprovados, fato que não causará prejuízo à administração, nem aos demais classificados.

Nesse sentido veja nossa jurisprudência:

EMENTA: Concurso público: aprovação: não preenchimento de requisitos para a investidura no cargo pretendido, conforme previsto no Edital 01/2004/STJ, de 26.2.2004 (diploma de conclusão de curso superior): **legalidade do ato da Administração, que recusou a posse e determinou a colocação do impetrante na última posição da lista dos aprovados, única solução que não sacrifica a posição de nenhum dos demais aprovados no concurso** e habilitados à posse: recurso em mandado de segurança desprovido (STF, RMS 25166 AgR, Relator (a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, julgado em 19/04/2005)(grifamos)

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO. PEDIDO DE RECLASSIFICAÇÃO PARA O ÚLTIMO LUGAR DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO - **É juridicamente possível o atendimento, pela Administração Pública, de pedido expresso de reclassificação de candidato aprovado em concurso público para que passe a figurar no último lugar da lista dos classificados**, uma vez que a pretensão não colide com qualquer interesse público, tampouco causa prejuízo ao erário, além do edital ser omissivo a esse respeito, não representando qualquer transtorno ou ataque à credibilidade do certame, antes resultando em efetividade do princípio da eficiência administrativa, insculpido no artigo 37 da Constituição Federal (TRT14ª R. - MS 01565.2005.000.14.00-0 - Rel. Juíza Vania Maria da Rocha Abensur - DJ 12.01.2006)(grifamos)

Portanto, pelo acima exposto, é a presente para requerer:

- a) Suspensão da convocação para que seja analisado os exames exigidos no edital;
- b) Prorrogação da convocação para o segundo semestre do ano corrente;
- c) Requer alteração da ordem de classificação de modo que este requerente permaneça na lista de aprovados;
- d) Requer ainda a emissão de CERTIDÃO DE APROVAÇÃO de concurso público, com o envio via correio, para o seguinte endereço Rua 01, N. 1571, Centro, CEP. 15670-000, Populina/SP, caso seja necessário o pagamento das despesas para a emissão e envio do certificado favor encaminhar dos dados bancário para depósito.
- e) Requer por fim, que todos os atos do concurso, em atenção ao princípio da publicidade, sejam encaminhadas através do e-mail: wrs.advsp@gamil.com, evitando assim eventual alegação de nulidade dos respectivos atos.

Nestes termos,

Pede e aguarda deferimento.

Populina, 10 de abril de 2019

WASHINGTON RODRIGUES DE SOUZA
OAB/SP 254.604

WASHINGTON RODRIGUES DE SOUZA

Assinado de forma digital por WASHINGTON RODRIGUES DE SOUZA
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autenticado por AR OAB SP, ou=Assinatura Tipo A3, ou=0006387349, ou=ADVOGADO, cn=WASHINGTON RODRIGUES DE SOUZA, email=wrs.advsp@gmail.com
Dados: 2019.04.11 11:27:45 -03'00'